

**EDITORIAL – O DIA EM QUE A NAÇÃO BRASILEIRA ENVIOU UMA CARTA À
SOCIEDADE BRASILEIRA**

***EDITORIAL – EL DÍA EN QUE LA NACIÓN BRASILEÑA ENVIÓ UNA CARTA A LA
SOCIEDAD BRASILEÑA***

***EDITORIAL - THE DAY THE BRAZILIAN NATION SENT A LETTER TO BRAZILIAN
SOCIETY***

Sebastião de Souza LEMES¹
José Anderson SANTOS CRUZ²

Peço licença aos leitores para me apropriar de um nome que desde há muito reverencio e presto homenagem, estou falando de Umberto Eco, escritor, filósofo, crítico literário que, em sua conferência na Columbia University nos anos da década de 1990, nos traz um significativo manifesto contra o que denominou de Fascismo Eterno, com inigualável didatismo. O momento atual no Brasil se nos impõe certa atenção para fatos e manifestações que têm sido apresentados à nossa sociedade uma vez que interesses em produzir as mensagens embaçam o visual e a percepção dos cidadãos, a forma como os fatos são tratados e compostos em narrativas que desqualificam o próprio fato; é o que parece ser assumindo o papel do que é. Enfim é, por meio de nova roupagem, apresentar novos significados para os tradicionais hábitos do patriarcalismo autoritário e intolerante. Essa roupagem apresenta uma tradição impregnada de um conservadorismo com traços de fundamentalismo onde a visão e concepção de modernidade não cabem, pois, no tradicional, há um espaço claro para o sincretismo enquanto uma combinação de diferentes crenças e práticas e, por isso, tolerante a contradições, no fundamentalismo não. Intérpretes fundamentalistas dos diferentes matizes, distorceram esses ensinamentos dos seus princípios e procuram perpetrar práticas preconceituosas, discriminadoras e dominação de gênero, isso, por sua natureza de origem induz à violência e à intolerância nas comunidades. Esse tradicionalismo conservador e intolerante se apoia e faz emergirem as verdades primitivas, que são apenas discursos sobre a verdade, mas obscurecem

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professor no Departamento de Ciências da Educação. Doutorado em Psicologia (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0750-9294>. E-mail: ss.lemes2@gmail.com

² Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE) (ESALQ/USP MBAs), Piracicaba – SP – Brasil. Professor Associado. Doutorado em Educação Escolar (FCLAr/UNESP). Editor na Editora Ibero-Americana de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: andersoncruz.unesp@gmail.com

a mensagem pela ausência de localização e como já estão ditas não dão espaços para novas verdades, cabem apenas as interpretações e reapresentações com diferentes roupagens narrativas/discursivas, assim não pode haver contradição, não pode haver mudanças ou mesmo a evolução do conhecimento... Esse tradicionalismo obscurantista recusa a “*depravação produzida pela modernidade*” (sic) e, ao desqualificar a razão empodera a irracionalidade que é onde a ação é tida com valor *per si*, por isso, deve se realizar sem reflexão ou criticidade. Nesse contexto, é onde o contraditório, além da evidencia natural da diferença, tido como motor do conhecimento, é considerado traição, o fascismo e o fundamentalismo se intimidam pelo diferente. Há que se ter certo cuidado, uma vez que os frustrados e os insatisfeitos estarão disponíveis para a aceitação desse tipo de crença, pois na dimensão identitária somos do mesmo país, aí temos a origem do *nacionalismo* e da xenofobia. Nos dias atuais, esse tipo de discurso com esse tipo de narrativa, adquire um tom de populismo nacionalista em mídias impregnadas de *fake news* com a única finalidade de desinformar e despolitizar por meio de *memes* e ameaças via *Instagrams*, *Whatsapps* ou qualquer outro meio nas redes sociais, pois, esses são os campos por onde o(s) discurso(s) pode(m) ser qualquer coisa, desde que agrada um lado e ameace ou mesmo aterrorize o outro. Democracias podem ser destruídas pela via da sua própria subversão pelo desfiguramento gradual das práticas e dos direitos democráticos ou pelas tendências fascistas do fechamento coercitivo, das instituições da República, de qualquer modo, em conjuntura de desarranjo institucional, como o que vemos hoje, multiplicam-se as oportunidades para tanto entre as brechas que os tempos de crise proporciona. É um momento de se desobscurecer a lógica falaciosa, os fatos cuidadosamente “*escolhidos*” e a coerência sofista que estão entranhados nas gretas sombrias da sociedade e ocultos nas cavernas interconectadas pelos subterrâneos das redes sociais e *deep webs*, bastante úteis para ativismo de anonimato e, por meio destes lobos repetem tantas vezes que o céu vai desabar que acabam por convencer as galinhas a deixarem os galinheiros e irem se esconder, para se proteger, nas suas tocas.

Confira a Carta em defesa do Estado Democrático de Direito na íntegra

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos no País, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos.

Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar.

Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e com o compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal.

Sob o manto da Constituição Federal de 1988, prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular.

A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral.

Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública.

Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios.

Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais.

Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.

Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições.

Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira.

São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional.

Assistimos recentemente a desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão.

Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática.

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições

No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições.

Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona:

Estado Democrático de Direito Sempre!!!!

Como referenciar este artigo

LEMES, S. S.; SANTOS CRUZ, J. A. Editorial – O dia em que a Nação Brasileira enviou uma carta à Sociedade Brasileira. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022000, jan./dez. 2022. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.17227>

Submetido em: 10/08/2022

Publicado em: 30/09/2022

Processamento e edição: Editoria Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, padronização e tradução.